



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0008844-79.2022.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DE LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES
OUVIDORIA REGIONAL ELEITORAL
ASSUNTO : Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente.

PARECER nº 277 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os autos do processo com vistas à contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente I, Atendente II, Atendente III, Telefonista, Auxiliar de Supervisão e Supervisor albergando impugnação apresentada pela Tel Centro de Contatos Ltda. (doc. n.º 2182172)

2. À vista do Edital do Pregão Eletrônico n.º 68/2022, a referida entidade apresentou as razões da sua irresignação aduzindo, em apertada síntese que o instrumento convocatório não poderia impor o enquadramento dos funcionários das licitantes a uma Convenção Coletiva.

2.1. Asseverou, ademais, que o instrumento coletivo utilizado para a elaboração da Planilha de Custos da Administração seria inapropriado, vez que as atribuições das categorias abrangidas não guardariam vínculo com o objeto licitado. Sustentou, pois, que os serviços a serem contratados estariam acobertados pela CCT do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia – Sinttel Bahia, entidade que representa os trabalhadores que atuam nas áreas da telefonia fixa e móvel, nos centros de tele atendimento (Call Centers) e prestação de serviços em projetos, instalação e reparo de linhas telefônicas, internet e TV a Cabo, sendo, por isso, imperativa a substituição da norma utilizada para a fixação dos encargos.

3. Atendendo à diligência do Pregoeiro (doc. n.º 2182195), a Coordenadoria de Gestão de Informação, Documentação e Memória, Unidade demandante dos serviços, manifestou-se nos seguintes termos:

Trata-se de impugnação ao instrumento convocatório, apresentada pelo **Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia – Sinttel Bahia**, entidade que representa os trabalhadores que atuam nas áreas da telefonia fixa e móvel, nos centros de tele atendimento (Call Centers) e prestação de serviços em projetos, instalação e reparo de linhas telefônicas, internet e TV a Cabo, consubstanciada no fato da Administração ter se valido da CCT SEAC/SINDLIMP ((Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública, Comercial, Industrial, Hospitalar, Asseio,

Prestação de Serviços em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal) para precificação do valor estimado para a contratação.

De logo, se vê que a impugnação não deve prosperar, vez que, a Administração não impõe às licitantes a observância da mencionada CCT, que foi utilizada, apenas, para obtenção do valor estimado para a contratação.

Ademais, não restou configurada a exclusividade de representação das categorias envolvidas na contratação pelo impugnante, haja vista tratar-se de serviço de atendimento ao cliente, de forma presencial e remota (neste caso, não apenas por meio de telefone – que representa apenas e tão somente um instrumento utilizado para o atendimento – mas também, e principalmente, por meio de e-mail, atendimento de “chamados” em sistemas próprios para registro de demandas de serviços, a exemplo do OTRS, Balcão Virtual e do sistema da Ouvidoria, entre outras).

Diante do exposto, entendemos que a impugnação deverá ser julgada improcedente e dado seguimento aos procedimentos com vista à abertura da licitação na data designada.

4. Nada a acrescentar aos esclarecimentos trazidos pela COGED. Com efeito, consoante indicado nos tópicos 3 e 6.1.2 do Termo de Referência, apenas tomou por base a CCT SEAC/SINDLIMP, não havendo imposição de precificação, pelas licitantes, com base no referido instrumento coletivo, conforme evidencia o tópico 7.1, "d", ao estabelecer que a proposta de preços deverá indicar a convenção coletiva que rege a categoria profissional que executará o serviço.

4.1. Vale anotar ainda que, via de regra, o critério de enquadramento dos trabalhadores deverá observar a atividade preponderante da empresa, condição excepcionada apenas quando empregado pertence a alguma categoria diferenciada, nos termos do art. 511, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Assim não seria viável predeterminar a vinculação dos empregados das licitantes a quaisquer entidades de classe, tampouco cabendo falar em exclusividade de representação, como parece pretender a impugnante.

4.2. Portanto, não devem prosperar os argumentos lançados pela Tel Centro de Contatos Ltda., devendo ser considerada improcedente a impugnação.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa**, **Analista Judiciário**, em 22/11/2022, às 15:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2187766** e o código CRC **EF6DF415**.